

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



PÁTRIA EDUCADORA OU PÁTRIA PANÓPTICA? EDUCATING COUNTRY OR PANOPTIC COUNTRY?

Hildegard Susana Jung
Edite Maria Sudbrack
**Universidade Regional Integrada
do Alto Uruguai e das Missões – URI**

Resumo

O trabalho, de caráter teórico, reflete sobre o documento Pátria Educadora, proposta para qualificar o Ensino Básico brasileiro como obra de construção nacional. Ainda que temporariamente engavetado, o documento provocou intensa movimentação no meio acadêmico, pois surgiu pós-aprovação do PNE 2014-2024, quando o Ministério da Educação anunciava a finalização da Base Nacional Curricular. A pesquisa compila reações de educadores, especialistas e militantes, e discute a lógica empresarial na educação. Propõe uma educação emancipadora para o desenvolvimento da sociedade, levando a *ser* (ser feliz) e não somente *ter* (vencer na vida). A tarefa do Estado é o apoio e a confiança, e não o *Estado de Guarnição*, panóptico e auditor.

Palavras-chave: Pátria Educadora. Pátria panóptica. Ideário empresarial e educação emancipadora.

Abstract

This work of theoretical nature reflects on the document Educating Country, a proposal to qualify the Brazilian Basic Education as a national work. Even temporarily suspended, the document provoked intense academic movement, arising after approval of the PNE 2014-2024, when the Ministry of Education announced the finalization of the National Curriculum Base. It compiles reactions of educators, experts and activists, and discusses the business logic in education. It proposes an emancipatory education, for the development of society, leading to *being* (be happy) and not only *having* (succeed in life). The task of the State is to support and trust and not to be the *Garrison State*, panoptic and auditor.

Keywords: Educating Country. Panoptic Country. Business Ideology and Emancipatory Education.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Primeiras palavras

O dia 22 de abril de 2015 ficará marcado como uma data histórica. Não porque se comemoravam os 515 anos desde que, em 1500, os marinheiros de uma frota portuguesa, comandados pelo capitão Pedro Álvares Cabral, gritaram: - Terra à vista! – referindo-se ao monte que chamariam de Pascoal, no litoral sul do atual estado da Bahia, mas porque era a primeira vez, nos últimos 20 anos, que o Governo brasileiro propunha à sociedade um documento-base para a discussão da “qualificação do Ensino Básico como obra de construção nacional” (BRASIL, 2015, p. 1).

Curiosamente, o documento não é apresentado pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), como se imaginaria, mas pela SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos), sob o comando do ministro Mangabeira Unger. Em entrevista concedida à Revista Poli, Unger relatou que a SAE não tem “uma ‘jurisdição específica’, as ações da SAE acabam sempre caindo na área de algum ministério” (GUIMARÃES, 2015, p. 4) e que “as propostas contidas preliminarmente no documento só foram lançadas depois de ele ter ouvido ‘dezenas de interessados na educação’ e ter ‘trabalhado intensivamente com a presidenta e com o Ministério da Educação’” (id.). Mais curioso ainda é o fato de que o MEC está trabalhando na formulação da Base Nacional Comum (BNC) dos currículos brasileiros. De acordo ainda com a Revista Poli, o secretário de Educação Básica, Manuel Palácios, informou que “já foi inclusive finalizada uma primeira fase do trabalho, que consistiu em analisar os currículos que hoje estão em vigor nos estados e extrair deles os objetivos de aprendizagem” (GUIMARÃES, 2015, p. 5). De acordo com a autora da reportagem, as comissões já estão redigindo uma proposta preliminar para debate público, com previsão de posterior envio ao Conselho Nacional de Educação.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Dividido em duas partes, o documento Pátria Educadora esboça, em um primeiro momento, o ideário do projeto. Na segunda parte, *Iniciativas*, propõe um conjunto de ações que visam à concretização do ideário.

Em julho do mesmo ano (2015), num clima de muita tensão, outro documento foi colocado para discussão, chamado *Pátria Educadora: eixo 1 - Federalismo Cooperativo - Instituição do Sistema Nacional de Educação e regulamentação dos artigos 23 e 211 da Constituição*, com o objetivo de definir a questão referente ao federalismo cooperativo, que se apresenta fragmentado, sem conteúdo institucional concreto, segundo a proposta. O Pátria Educadora colocou em estado de alerta e de atenção todo o universo acadêmico, envolvendo educadores, especialistas e militantes da área.

Ainda que o Pátria Educadora tenha sido temporariamente engavetado com a renúncia do ministro Mangabeira e a extinção da Secretaria de Assuntos Estratégicos devido a medidas de ajuste fiscal, o objetivo deste trabalho, de cunho teórico, é destacar alguns pontos propostos pelo documento e as principais repercussões que ecoaram a respeito dos mesmos. Ainda, traz à baila algumas reflexões acerca da aplicação da lógica empresarial à educação, ponto claríssimo já no início da minuta de proposta.

Pátria Educadora – alguns pontos da proposta

A primeira parte da minuta, nomeada de *A tarefa*, faz uma radiografia caótica da realidade educacional brasileira:

Nossa situação é dramática. Não há outro país entre as maiores economias do mundo que figura, como figura o Brasil, entre os países com pior desempenho nas comparações internacionais. Oito estados brasileiros têm, pelos critérios utilizados nestas comparações, resultados piores do que o último país nos rankings. No final do terceiro ano do ensino médio, mais da metade dos alunos mal consegue ler ou escrever texto simplório. E só pequena porcentagem alcança em matemática nível considerado internacionalmente aceitável. (BRASIL, 2015, p. 3)

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Como estratégias para melhorar este quadro, aponta a construção de um ideário que guiará as mudanças, a definição das ações correspondentes e a organização de um debate nacional para a realização da tarefa. Na mesma direção, faz uma relação estreita entre qualificação do ensino e desenvolvimento econômico.

Os pontos de partida que o documento propõe para a institucionalização da proposta são três: 1) Faz um claro elogio à lógica empresarial aplicada à educação e propõe que sejam fixadas metas de desempenho, de cobrança e de avaliação, com a despolitização da eleição de diretores e afastamento desses quando do não cumprimento das metas, e atendimento individualizado ao aluno principalmente àquele com dificuldades; 2) Afirma que nosso ensino está pautado no “enciclopedismo raso e informativo” (BRASIL, 2015, p. 5), defende o raciocínio analítico em detrimento da repetição e a superação das barreiras pré-cognitivas para chegar a este patamar; 3) Sugere a organização de um sistema nacional de ensino.

Como eixos para a qualificação do ensino público, o Pátria Educadora propõe:

a) “A organização da cooperação federativa na educação” (BRASIL, 2015, p. 6), alegando que o PNE não é específico a este respeito. Neste sentido, prevê que estados e municípios invistam na gestão de qualidade com padrões nacionais de investimento, através de três instrumentos: 1) o Sistema Nacional de Cadastro de Alunos através da Prova Brasil, apoiando alunos com dificuldades e admitindo os melhores em escolas de referência, e a medição do desempenho pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) ou entidade alternativa para disseminar as boas práticas; 2) a reorientação do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para o financiamento das propostas; 3) Identificação, por uma equipe própria do Governo Federal, das escolas em pior situação para serem consertadas (*sic*) e acompanhadas em

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



seus resultados, apoiando, afastando e substituindo diretores por equipes de reforço indicadas pelo MEC e secretarias de educação.

b) A reorientação curricular e pedagógica, priorizando a interpretação e composição de textos e o raciocínio lógico, capacitações pré-cognitivas ou socioemocionais, com capacitação disciplinar e cooperação (analítica). Formação de um currículo nacional, com foco do aprofundamento mutável ou itinerante, à semelhança do australiano, comportando sequências especiais ou a inversão de sequência como na China, e a modificação do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) para a forma digital, fortificando a base curricular comum. Aos professores, sugere a disponibilização de protocolos que substituirão o livro didático. Alunos com maior potencial poderão concorrer para serem admitidos em escolas de referência, chamadas Escolas Anísio Teixeira, espaços de experimentalismo pedagógico e com currículos mais exigentes, integradas aos Centros de Qualificação Avançada para professores. Estes, em colaboração com o INEP, “ministrarão cursos intensivos para suplementar a formação dos cursos de pedagogia e licenciatura, desenvolver as práticas e os protocolos exigidos pelo Currículo Nacional e discutir as experiências e inovações do professorado” (BRASIL, 2015, p. 17), como forma de combater a mediocridade. Para as famílias que não conseguem desempenhar o papel de ensinar disciplina aos seus filhos, já que “nas periferias e nos bairros pobres de nossas cidades, mais da metade das famílias costuma ser conduzida por mãe sozinha, casada ou solteira. Revezam-se os homens como companheiros instáveis” (BRASIL, 2015, p. 14), agentes comunitários, talvez do Ministério de Desenvolvimento Social, buscarão este aluno. A escola terá espaços de estímulo e cobranças em turno ampliado, ensinando cooperação na medida em que se organizar cooperativamente, em equipes e redes.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



c) A qualificação de professores e diretores, e o uso das novas tecnologias. Referindo que o aumento de salários, por si só, não melhora o ensino, chama a atenção para a importância dos diretores, que:

são nomeados por apadrinhamento político ou eleitos em processos que favorecem a irresponsabilidade e a indiferença ao mérito. [...] Os professores vêm comumente dos alunos mais fracos do ensino médio. Encontram maior facilidade em ingressar nas escolas de pedagogia, sobretudo as privadas. Estudos sugerem que a maior parte dos professores no nosso ensino médio sofreu pelo menos uma reprovação (BRASIL, 2015, p. 14 - 15)

Apesar de afirmar que este não é o caso da maioria dos professores, diz ser voz corrente nas universidades que os melhores não permanecem na docência. Quanto aos diretores, estes, individualmente, e as escolas poderão ser premiados pelo alcance das metas de desempenho, sendo avaliados por comissões independentes. A União estabelecerá Centros de Formação de Diretores para os gestores em exercícios e também aos candidatos a diretor. Para os professores, além dos Centros de Qualificação Avançada, será instituída a Prova Nacional Docente, vinculada ao piso salarial, que respeitará as diferenças regionais e permitirá que cada região dê progressão adequada à carreira, a qual poderá ser atrelada a determinadas metas de desempenho. Os cursos de pedagogia e licenciatura poderão ter um programa de bolsas por analogia ao Prouni (Programa Universidade para Todos),

que condicione as bolsas à adaptação dos cursos a protocolos curriculares e ao cumprimento de metas pré-definidas. Um dos objetivos adicionais da mudança buscada nos cursos de pedagogia e de licenciatura será o de assegurar que cada professor no ensino básico tenha a versatilidade necessária para ensinar duas ou três matérias. (BRASIL, 2015, p. 19)

A aceleração do ensino poderá ser realizada através de videoaulas e *softwares* interativos, instrumentalizando o professor, combinando o ensino presencial com a instrução a distância. O experimentalismo ajudará a combinar estas tecnologias com a experiência.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Principais repercussões do Pátria Educadora

Um dos pontos mais debatidos em toda a construção da proposta do documento-base Pátria Educadora provavelmente seja o *ideário* claramente empresarial que perpassa o projeto: “Aproveitar e ultrapassar o exemplo do que deu certo [...] Muitos destes experimentos seguiram lógica de eficiência empresarial [...]” (BRASIL, 2015, p. 5. Em manifesto público, a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), refere que o documento “se sustenta numa lógica de meritocracia empresarial (com premiação de escolas e bonificação para professores e diretores, além da possibilidade de afastar profissionais que não cumprem metas)” (CNTE, 2015, p. 1-2). Esclarece, ainda, que a prática tem sido contestada pela própria idealizadora desse programa, Dra. Diane Ravitch, ex-secretária-adjunta de Educação e conselheira do Secretário de Educação dos EUA durante o governo de George Bush, que publicou recentemente um livro¹ expondo as devastadoras consequências deste tipo de política ao sistema de ensino de Nova Iorque.

Neste mesmo sentido, o Dr. José Clóvis de Azevedo² escreve que a proposta “ataca frontalmente o campo democrático e expressa os conceitos do conservadorismo ou do modernismo de mercado” (AZEVEDO, 2015, p. 1). Ainda segundo o autor, o Pátria Educadora baseia-se em experimentalismo elitista:

referenciado nos valores de mercado, com viés fiscalizador, controlador, seletivo e com traços autoritários. Não dialoga com a nossa história, não

¹ Referida obra leva o título “Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano” (Brasil, Editora Sulina, 2011).

² Professor Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo - USP, docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Centro Universitário Metodista – IPA, pesquisador em Educação. Foi Secretário de Estado de Educação do Rio Grande do Sul (2011-2014), Secretário Municipal de Educação de Porto Alegre (1997-2000) e Reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS (2001-2003), Secretário Geral do CPERS Sindicato (1986-1989), Secretário de Formação Adjunto da CNTE (1989-1992). Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores – PT, foi Dirigente Estadual PT por várias gestões e participou como Dirigente Sindical da formação da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



respeita as nossas experiências, não recorre ao nosso patrimônio representado por aqueles que pensaram e contribuíram consistentemente com propostas para superar os gargalos que afetam o direito a uma Educação para Todos. A proposta sustenta-se em conceitos antagônicos às concepções assumidas e construídas pelo campo democrático. (AZEVEDO, 2015, p. 2)

Em entrevista concedida à Revista Nova Escola, no mês de julho de 2015, o professor Luiz Carlos de Freitas³ salientou que a lógica empresarial, quando aplicada à educação, desmoraliza o professor, significando que:

se inserirmos as escolas públicas no mercado, a concorrência se instala e o “produto” melhora. Ou propor que o pagamento dos envolvidos passe a ser feito com base na produção. Isso não funcionou em nenhum lugar do mundo. Note: já foi experimentado à exaustão e não deu resultados significativos. Se você colocar um empresário para pensar a Educação, é natural que ele responda com os recursos teóricos que tem. Mas o debate sobre esse assunto exige profissionais específicos. (MEIRELLES, 2015, p. 12)

Outra dura crítica ao Pátria Educadora é o fato de não apresentar nenhuma referência bibliográfica que fundamente suas argumentações, como, por exemplo, a de que “No final do terceiro ano do ensino médio, mais da metade dos alunos mal consegue ler ou escrever texto simplório” (BRASIL, 2015, p. 3) ou ainda que “Os professores vêm comumente dos alunos mais fracos do ensino médio. [...] Estudos sugerem que a maior parte dos professores no nosso ensino médio sofreu pelo menos uma reprovação” (BRASIL, 2015, p. 16). O professor da UNB (Universidade de Brasília), Luiz Araújo, em entrevista à revista Poli, em julho de 2015, reagiu: “Não conheço estudos que mostrem que o aluno ingressante na licenciatura é repetente” (GUIMARÃES, 2015, p. 8) e alerta: “não são citadas fontes nem referências” (id.).

Neste mesmo sentido, quando refere à situação de diversos países com relação à necessidade de universalizar a educação, não há a menção de pesquisas ou dados

³ Pós-doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Especialista nas áreas de Avaliação da Aprendizagem e de Sistemas.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



concretos no documento: “Quanto à referência de que todas as democracias do mundo enfrentam o dilema entre universalizar a educação e manter a qualidade, mais uma vez, são usados exemplos de forma aleatória sem exemplificar quais países” (BAIRROS, 2015).

Com relação à meritocracia, o documento propõe a criação de centros de referência: “A União estabelecerá, no ensino médio, rede federal de escolas de referência chamadas Escolas Anísio Teixeira, a que alunos serão admitidos por concorrência. E tomará medidas para preparar alunos da rede pública para concorrer à admissão” (BRASIL, 2015, p. 25). A este respeito, a CNTE se manifesta absolutamente contrária, referindo que os Institutos Federais perderiam sua funcionalidade, onerando mais ainda o Estado e que no sistema de concorrência a estas escolas prevaleceria a seletividade, em contraponto à universalidade:

Chama a atenção, ainda na linha da meritocracia, o viés da oferta educacional seletiva, por meio de incentivo à formação de “ilhas de excelência” no sistema federal de ensino (com a criação das Escolas Anísio Teixeira), uma ação desnecessária tendo em vista o estágio em que se encontram as Escolas Técnicas e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – integrantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – em relação às demais redes públicas do país. Embora o projeto destaque a importância de incluir a todos no sistema educacional de qualidade (e com equidade), ele sustenta fortemente a dicotomia universal/seletivo, que pode gerar iniquidades futuras. (CNTE, 2015, p. 2)

O professor José Clóvis de Azevedo, sobre este assunto, manifestou que o documento “propõe a criação de instituições paralelas, desqualifica as universidades revelando um conteúdo identificado com as fundações empresariais e institutos privados” (AZEVEDO, 2015, p. 2), e que desta forma estaremos caminhando em direção à dinâmica que o mercado impõe, “formando cidadãos clientes que pensam e reproduzem os valores da competição, para vencer derrotando o outro” (id.).

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



A professora Mariângela Bairros, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), se manifesta da seguinte forma: “Este documento não representa avanços para a educação brasileira, ao contrário, retrocederemos a patamares dos anos de chumbo da ditadura militar, onde havia seleção, nivelamento entre bons e ruins, entre aptos e não-aptos” (BAIROS, 2015, p. 6), referindo-se à concorrência de alunos às escolas de referência.

O deputado Paulo Pimenta (PT) também se manifestou contrário à sistemática de bonificações, penalizações e concorrência entre estudantes, professores e escolas, seguindo a ideologia meritocrática: “Este modelo é absolutamente contrário à concepção de gestão democrática, cria incentivos que geram competições na categoria profissional ao invés de fortalecer uma política de desenvolvimento profissional e formas de trabalho colaborativo” (PIMENTA, 2015, p. 6).

Com relação à formação de professores e diretores das escolas, a Pátria Educadora propõe, além da criação de Centros de Formação de Diretores, o “estabelecimento de Centros de Qualificação Avançada para professores. Estes Centros ministrarão cursos intensivos para suplementar a formação nos cursos de licenciatura, desenvolver as práticas e os protocolos exigidos pelo Currículo Nacional e discutir as experiências e as inovações do professorado” (BRASIL, 2015, p. 27).

Neste sentido, o professor José Clóvis de Azevedo aponta que para o desenvolvimento de um ensino de qualidade “é necessária a sustentação de um projeto permanente de formação continuada em serviço dos educadores das redes estaduais em conjunto com as municipais, planejado e articulado com universidades e Institutos Federais e redes públicas” (AZEVEDO, 2015, p. 26). Segundo o professor, a União deve encarregar-se de aportar a infraestrutura necessária “como extensão da fibra ótica e outros mecanismos para garantir que todas as escolas públicas do país tenham acesso à rede mundial, com a velocidade que garanta a qualidade da comunicação” (id.).

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



O documento emitido pelo CNTE também avalia a proposta com relação à formação de professores:

Se a razão do projeto Pátria Educadora é unir o país em direção a um novo paradigma educacional, incluindo a questão curricular dos estudantes e a formação dos profissionais da educação, nada mais contraproducente que isolar setores criando, inclusive, novos espaços de formação profissional dos educadores sem uma parceria efetiva com o ensino superior por considerar, a priori, intransponível a “autonomia universitária”. É preciso apostar no diálogo propositivo com esse nível de ensino encarregado pela formação docente no país. (CNTE, 2015, p. 4)

O documento Pátria Educadora propõe o “aproveitamento de instrumentos jurídicos como as Organizações Sociais e as Sociedades de Propósito Específico para facilitar o engajamento experimental de equipes de educadores vindos de fora do sistema público na construção deste sistema” (BRASIL, 2015, p. 23).

Segundo o jornal *Online Esquerda Diário*, na edição de 13 de maio de 2015, “Trata-se de um projeto que advoga um ideário que há muito está no banco dos réus no debate educacional, defendendo ações que fomentam a responsabilização, a meritocracia e a privatização da educação” (SALA, 2015).

Este assunto também foi abordado na entrevista concedida pelo professor Luiz Carlos de Freitas à Revista Nova Escola: “Caminhamos para o modelo empresarial na Educação, com direito à privatização tanto por *vouchers* (espécie de carta de crédito fornecida pelo governo para pagar a escola) como por concessão de gestão – ou seja, por meio de terceirização” (MEIRELLES, 2015, p. 13).

A opinião da maioria dos opositores ao Pátria Educadora gira em torno de que o documento ignora todo o trabalho realizado pela CONAE (Conferência Nacional de Educação) no sentido de fundamentar a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o PNE 2014-2024 (Plano Nacional de Educação), o qual propõe 20 metas e 250

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



estratégias para a educação da próxima década. A este respeito, Pimenta (2015, p. 4-5) declara:

Ignorando a mobilização e as deliberações das Conferências Nacionais de Educação - CONAE, 2010 e 2014, o documento ressalta que a tarefa de qualificação do ensino público situa-se no contexto maior de desenvolvimento nacional e requer a construção de um ideário [...]. Com isso, desprezam-se os atores envolvidos nas diferentes esferas de governo e da sociedade, bem como as políticas públicas que, nesta última década, foram debatidas e definidas para alicerçar a expansão do acesso e a melhoria da qualidade da educação básica, como a ampliação do financiamento para a educação básica pública, as iniciativas para a valorização dos/as trabalhadores/as da educação, as medidas para a democratização do acesso aos programas e recursos federais, o investimento em infraestrutura física e tecnológica nas escolas, a constituição da rede nacional de formação docente, a institucionalização de políticas afirmativas para o enfrentamento à discriminação e à exclusão, as ações para a inclusão e para a acessibilidade e a articulação intersetorial das políticas públicas.

O professor José Clóvis de Azevedo acredita que não é necessário que sejam estipulados novos documentos e propostas para a educação brasileira, mas que se deve proceder à regulamentação da legislação que já existe e que foi amplamente discutida nacionalmente, como o PNE:

Embora o PNE seja previsto para dez anos o Brasil necessita definir objetivamente quanto vai investir até 2030 para consolidar a qualidade social da educação. Foi importante a decisão sobre os dez por cento do Produto Interno Bruto PIB, mas quanto é isso? Qual a metodologia de cálculo? Qual o valor garantido ou aproximado? Quanto será disponibilizado para a Educação Básica Pública? Foi importante o compromisso com recursos do pré-sal, mas quem sabe quanto tocará à Educação Básica? (AZEVEDO, 2015, p. 25).

Uma carta aberta, em forma de Petição Pública, com texto apresentado no Seminário da FE-UNICAMP, no mês de julho de 2015, dirigida ao ministro da Educação, elenca 24 motivos para que não seja levada adiante a proposta Pátria Educadora em seu formato original. O documento encontra-se disponível para o recolhimento de

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



assinaturas⁴ e, dentre as justificativas, menciona que: a) não existem evidências empíricas que relacionem notas altas em testes estandardizados com uma boa educação; b) as pesquisas mostram que é necessário diminuir o número de alunos por sala de aula para que a educação seja de boa qualidade; c) os processos de concorrência entre estudantes, professores e escolas estimulam a exclusão, devendo-se apostar na gestão democrática, estimulando a responsabilização participativa; a política de auditoria e de bloqueio de recursos como penalização precisa dar lugar a uma política de confiança e de apoio utilizando a Prova Nacional Docente para a realização de concurso nacional e ingresso, vedando a possibilidade de terceirização ou fechamento de escolas; e) deve-se substituir os exames censitários por avaliações bianuais, de caráter amostral, com finalidade diagnóstica e não de bonificação ou penalização; f) proceder à ampliação do sistema Mais Educação em direção à escola de tempo integral, entendendo a BNC (Base Nacional Curricular) como referência para o estabelecimento de ações educativas locais, sem sequências diferenciadas; g) eliminar a ideia de dualismo que propõe a criação de escolas de referência, com a concorrência de estudantes para o preenchimento de suas vagas, que atingirão duramente os estudantes do campo, indígenas, quilombolas e outros; h) substituir o experimentalismo na educação brasileira por ações baseadas em pesquisas consistentes.

A petição termina fazendo um apelo:

Sr. Ministro, que não se diga que não foram apresentadas ideias alternativas, mesmo que incompletas. Que não se diga que as consequências nefastas que estaremos introduzindo em nossas escolas, não eram bem conhecidas. Vossa Excelência será chamada, pelas gerações futuras, a prestar contas dos caminhos que vier a pavimentar neste momento decisivo para o futuro da educação brasileira.

⁴ “O abaixo-assinado encontra-se alojado no *site* Petição Pública Brasil, que disponibiliza um serviço público gratuito para todos os brasileiros apoiarem causas em que acreditam e criarem abaixo-assinados *online*”.



A Pátria Panóptica a serviço da lógica do mercado

O termo panóptico⁵, recuperado de Bauman (2001), que, por sua vez, o tomou emprestado de Foucault (1926-1984), serve como metáfora para o poder da modernidade:

No panóptico, os internos estavam presos ao lugar e impedidos de qualquer movimento [...]. Eles não podiam se mover porque estavam sob vigilância; tinham que se ater aos lugares indicados porque não sabiam, e nem tinham como saber, onde estavam no momento seus vigias (BAUMAN, 2001, p. 17).

Mais tarde, referindo-se à pós-modernidade, Bauman (2011) dirá que estamos vivendo um período *pós-panóptico*, em que se acrescenta o ingrediente da extraterritorialidade, já que as novas tecnologias não conhecem fronteiras, e o Estado, regulador em sua essência, também chamado de *Estado de Guarnição*, passa a vigiar os refugos da liquidez. Santos (2009) se manifesta no sentido de que países periféricos como o Brasil vivem num constante estado de pós-colonialismo, referindo que, para entender nossas sociedades, temos que partir do princípio de que são sociedades não somente capitalistas, mas sociedades coloniais.

O documento Pátria Educadora, que desde as primeiras linhas mostra seu *ideário*, que é seguir a lógica empresarial na educação, apresenta também um caráter auditor, panóptico, beirando ao colonialismo, na medida em que se propõe a *vigiar* professores e diretores, premiando aqueles que apresentam *bom comportamento*, entendido como altas notas de seus alunos em testes estandardizados e punindo os *mal comportados*, com bloqueio de verbas e até afastamento, no caso dos gestores. Ou seja, assim como os vendedores de uma loja, educadores e gestores ganharão uma *comissão* se conseguirem que seus *clientes*, os alunos, alcancem índices satisfatórios para serem apresentados internacionalmente. Nesta comparação, esquecemos que estamos concorrendo com países

⁵ O termo foi concebido originalmente no final do Séc. XVIII pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham. Para isto, Bentham estudou o sistema penitenciário.

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



que “tem um diferencial de mais de 500% no investimento estudante/ano. Além disso, se caracteriza por definir critérios homogêneos de ensino e aprendizagem que se distanciam das demandas sociais, das questões socioambientais, da diversidade humana” (PIMENTA, 2015, p. 3-4).

Contextualizando, é interessante que não esqueçamos a origem do Pátria Educadora: A Secretaria de Assuntos Estratégicos e não o Ministério da Educação. A este respeito, Carneiro (2012, p. 15) constata que falam sobre a educação “economistas, engenheiros, empresários e jornalistas e, cada vez menos, professores, educadores, sociólogos, antropólogos, psicólogos, etc. É como se dissessem: a estes falta competência [...]”. Corroborando com esta linha de pensamento, Espinoza (2009, p. 8), refere que “El análisis de la política educacional ha sido conducida con frecuencia desde esferas ajenas al sector educación”. Este fato, segundo o autor, é muito comum, principalmente em países da América Latina, onde as propostas relacionadas à educação normalmente provêm de outros ministérios e não do próprio Ministério da Educação, como o que acaba de ocorrer. O autor conclui dizendo que o maior referente para uma política educacional de qualidade deveriam ser “los grupos de oprimidos y segregados [...] y, a la vez, intentar asegurar relaciones de poder simétricas así como condiciones de comunicación fluida y no distorciónada” (id.), fazendo com que prevalecesse o diálogo entre todos os grupos.

Com relação à valorização salarial docente, Carneiro (2012, p. 105) refere que “imaginar o professor [...] hoje, sem salário competitivo profissionalmente falando, é defender a educação como apostolado.” Ainda neste sentido, ressalta que a desvalorização salarial docente talvez esteja relacionada com o fato de que a docência, enquanto campo de trabalho, não produz tarefa imbricada na organização socioeconômica do trabalho, sendo seus resultados imateriais e intangíveis, como se o educador não atuasse no âmbito do trabalho produtivo, já que as profissões são vistas pela perspectiva

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



da geração de produtos. Como, então, poderíamos atrelar a educação à lógica empresarial?

Nesse contexto, Estêvão (2013, p. 23) acrescenta que, se entendermos as instituições de ensino enquanto “McEscola [...] com promoções *big macs* de currículos de sucesso, de padrões curriculares neotecnocratas obedientes às normas padronizadas de qualidade pré-estabelecidas”, então teremos uma escola comprometida com o mundo mercantil e com seus resultados aferidos através de *rankings* dos testes estandardizados.

Corroborando com esta linha de raciocínio, Libâneo et al. (2012) supõe um grande momento de tensão vivido pela escola, que além de perceber-se dentro desta concepção do mundo do mercado, ainda precisa inserir-se no mundo da tecnologia e das inovações tecnológicas, tendo que adaptar-se ao convívio com outras modalidades de educação não-formal, mas não esquecendo que, além de tudo isso,

A educação que queremos é aquela que se dirija às pessoas em nome do “desenvolvimento humano” (BRANDÃO, 2002, p. 64), cuja finalidade principal seja a de desenvolver valores e trazer a felicidade. A educação cidadã precisa levar em conta o outro, na aprendizagem de um movimento de sair de si mesmo, precisa preparar o cidadão não somente para o mercado, mas também para o exercício da cidadania, devendo contribuir para:

a) formar indivíduos capazes de pensar e aprender permanentemente [...]; b) prover formação global que constitua um patamar para atender à necessidade de maior e melhor qualificação profissional, de preparação tecnológica e de desenvolvimento de atitudes e disposições para a vida numa sociedade técnico-informacional; c) desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania; d) formar cidadãos éticos e solidários. (LIBÂNEO et al., 2002, p. 63)

Em março de 2007, na Bolívia, Boaventura de Sousa Santos participou de uma extensa jornada de reflexão acadêmica sobre o tema “Pensar el Estado y la sociedad:

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



desafios actuales”, ocasião em que afirmou que urge que reinventemos a participação social. Neste contexto, assinalou que vivemos uma época paradoxal, na qual, por um lado persiste um sentimento de urgência no sentido de que não aguentamos mais as injustiças sociais nem o iminente colapso ecológico, e por outro, está a guerra, que acaba parecendo a melhor maneira de resolver os conflitos. Citando Marx (1818-1883), o autor referiu que o capitalismo possui uma grande capacidade destrutiva e que, no momento atual, temos mais destruição do que criatividade. Destas jornadas, entre outras publicações, resultou o livro “Pensar el Estado y la sociedad: desafios actuales”, com o apoio do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, em 2009, que apresenta:

hay un sentimiento opuesto, que es el sentimiento de que, dada la amplitud de los problemas que enfrentamos, necesitamos cambios muy complejos, muy amplios, que son cambios civilizacionales: necesitamos otra civilización. Ya no basta con tomar el poder; hay que transformar el poder; hay que transformar las sociedades. (SANTOS, 2009, p. 17)

Com o exposto, Santos (2009, p. 18) infere que os instrumentos criados para a emancipação e a participação acabam por criar um efeito oposto, perverso, no qual os direitos humanos são violados em nome da preservação destes próprios direitos: “se destruye la democracia, aparentemente para defenderla; se destruye la vida, aparentemente para defenderla”. Aponta, neste sentido, a enorme discrepância entre teoria e prática com relação ao conceito de emancipação e participação, sublinhando que nunca se falou tanto destes princípios, mas “para la teoría la práctica es un fantasma y para la práctica la teoría es un fantasma, y no hay realmente una buena coordinación” (SANTOS, 2009, p. 19).

A educação emancipatória e não atrelada ao *ideário* empresarial, de acordo com Mézáros (2008, p. 12), tem a função de “transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo” e não meramente transmitir conhecimentos. Segundo este autor, nossa tarefa é a “tarefa

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



de uma transformação social, ampla e emancipadora” (MÉSZÁROS, 2008, p. 76). Alertando, porém, para o fato de que termos como “emancipação”, “escola cidadã”, “sujeitos sociais”, “pessoas humanas” acabam se tornando jargões muito distantes da verdadeira prática. Brandão (2002) corrobora com a reflexão anterior, supondo quatro possíveis caminhos para o tipo de cidadão que a escola deveria formar, num horizonte fecundo da vida humana: a) o de entender que somos “seres da vida [...], pois dentro de nós mesmos somos a interação, a integração e a indeterminação de forças e de princípios complexos e diferenciados” (p. 69); b) “estender o contrato social dos direitos humanos” (id.) a todos os seres com os quais compartilhamos a vida neste planeta, passando de senhores do mundo a irmãos do universo, numa convivência pacífica e de geração fértil de novos modelos de ciência e de tecnologia; e c) “saber que criamos para nos pensar e pensar o mundo em que vivemos” (BRANDÃO, 2002, p. 70), sem o sentimento de servidão ou de opressão, mas numa postura dialógica através do conhecimento e da aprendizagem; e d) o mundo social no qual vivemos não precisa necessariamente do conflito, da competição e da violência, pois “o germe da experiência cidadã é ousadia de nos pensarmos e ousarmos viver em nome da paz criada sobre o primado da justiça solidária” (id.)

Últimas palavras

O documento Pátria Educadora, pese a que tenha sido temporariamente engavetado com a renúncia do ministro Mangabeira e a extinção da SAE devido a medidas de ajuste fiscal, demonstra a preocupação da União no sentido de dar maior atenção à Educação Básica. Ainda assim, a proposta já surgiu comprometida em sua gênese: não é proposta pelo Ministério da Educação (MEC), mas pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. Além disso, a lógica empresarial perpassa toda a minuta, com claro fio condutor à responsabilização dos

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



professores e gestores. E mais: é apresentado no mesmo ano em que o MEC anuncia estar terminando a construção da Base Nacional Curricular (BNC), ignorando o recente estabelecimento do PNE 2014-2024.

Numa ação isolada, propõe um Sistema Nacional de *Ensino*, sendo que o Sistema Nacional de *Educação* é tarefa proposta pelos debates à época da CONAE (Conferência Nacional de Educação), que parece não ter sido conciliado, e descuida de toda a pesquisa acumulada na área, por estudos nacionais e internacionais.

O gerencialismo do *ideário* do Pátria Educadora remete a um Estado de Guarnição, uma pátria panóptica (BAUMAN, 2001), que busca punir alguém pela *dramática* situação da educação brasileira, presumindo que escores baixos em testes padronizados são “causados por professores e diretores preguiçosos, que precisam ser ameaçados com a perda de seus empregos” (RAVITCH, 2011, p. 132). A declaração de Diane Ravitch demonstra que esta mesma prática de responsabilização, utilizada nos Estados Unidos, ignora que bons resultados em testes não significam uma melhor educação. A meritocracia e a responsabilização levam a um darwinismo social, que, por sua vez, produz maior exclusão.

Por outro lado, exime as famílias e os próprios alunos de sua responsabilidade acadêmica. No caso americano, Ravitch (2011, p. 185) constatou que o modelo “negligencia o reconhecimento de que os estudantes compartilham a responsabilidade da sua performance acadêmica e que eles não são meros recipientes passivos da influência de seus professores”. Quanto à família, a mesma autora refere que “os autores da lei esqueceram que os pais são primariamente responsáveis pelos comportamentos e atitudes de seus filhos [...] mas aos olhos da lei, a responsabilidade da família desaparece” (id.).

Que tipo de cidadão estaremos formando com esta proposta de educação? Parece mesmo *quixotesca* a proposta de Brandão (2002) em tempos de educação baseada na

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



lógica do capital, na qual o aluno estuda para *ter* (vencer na vida) e não para *ser* (ser feliz). Ainda assim, acreditamos que essa é a *Pátria Educadora* que podemos estabelecer, através de uma verdadeira gestão democrática e de educadores que possam praticar uma pedagogia emancipadora, e como diz Santos (1997, p. 276), “para quem, como eu, pensa que estamos a entrar num período de transição paradigmática, a utopia é mais necessária do que nunca”.

Referências

AZEVEDO, J. C. **Pátria Educadora**: uma reflexão preliminar sobre texto em discussão. Maio de 2015. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2015/05/jose-clovis_pc3a1tria-educadora-uma-reflexc3a3o-preliminar.pdf. Acesso em 06.07.2015.

BAIROS, M. **Pátria Educadora**: Aqui um protesto sobre este texto e os rumos da educação no Brasil. 2015. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2015/05/pc3a1tria-educadora-criticada.pdf>. Acesso em 02.09.2015.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDÃO, C. R. **A educação popular na escola cidadã**. Porto Alegre: Editora Vozes, 2002.

BRASIL. **Pátria Educadora**: a qualificação do Ensino Básico como obra de construção nacional. Versão Preliminar. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Presidência da República. Versão Preliminar. Brasília, 22 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/category/assuntos/educacao/patria-educadora/>. Acesso em 06.07.2015.

BRASIL. **Pátria Educadora**: eixo 1 - Federalismo Cooperativo - Instituição do Sistema Nacional de Educação e regulamentação dos artigos 23 e 211 da Constituição. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Presidência da República. Documento para discussão Versão preliminar Brasília, julho de 2015. Disponível em:

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



<https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2015/07/federalismo-cooperativo-sistema-nacional-de-educac3a7c3a3o.pdf>. Acesso em 28.08.2015.

BRASIL. Carta Aberta ao Sr. Ministro da Educação sobre o documento Pátria Educadora da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2015. Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR82015>. Acesso em 02.09.2015

CARNEIRO, M. A. **O Nó do Ensino Médio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CNTE. **Avaliação da CNTE sobre o projeto preliminar da SAE: “Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional”**. Publicado em 06 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/documentos/notas-publicas/14857-avaliacao-da-cnte-sobre-o-projeto-preliminar-da-secretaria-de-assuntos-estrategicos-da-presidencia-da-republica-intitulado-patria-educadora-a-qualificacao-do-ensino-basico-como-obra-de-construcao-nacional.html>. Acesso em 06.07.2015.

ESPINOZA, O. **Archivos analíticos de políticas educativas**. V. 17, n. 08, 15 abr. 2009.

ESTÊVÃO, C.V. A Qualidade da educação: suas implicações na política e na gestão pedagógica. **RBP**AE - v. 29, n. 1, p. 15-26, jan/abr. 2013.

GUIMARÃES, C. Caminhos e desencontros de uma Pátria Educadora. In: **Revista Poli**, Jul./ago., 2015, p. 4-11. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2015/07/revistapolipatriaeducadora.pdf>. Acesso em 02.09.2015.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

MEIRELLES, E. “A lógica empresarial no ensino desmoraliza o professor”. In: *Revista Nova Escola*, jun/jul 2015, p. 12-13. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2015/07/ne283_falamestre.pdf. Acesso em: 02.09.2015.

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2a ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PIMENTA, P. **Garantir as conquistas e combater o retrocesso: nosso projeto educacional não pode ser negociado** Notas preliminares sobre o documento “Pátria

Revista Cocar

Programa de Pós-Graduação em Educação
da Universidade do Estado do Pará



Educadora”, 2015. Disponível em:
<https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2015/05/notas-preliminares-sobre-o-documento-pc3a1tria-educadora.pdf>. Acesso em 02.09.2015.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Trad. de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SALA, M. Que pátria educadora é essa? In: **Jornal Esquerda Diário**. 13 de maio de 2015. Disponível em: <http://esquerdadiario.com/Que-patria-educadora-e-essa>. Acesso em 02.09.2015.

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 4. ed, 1997.

SANTOS, B. S. **Una Epistemología del Sur. La reinención del Conocimiento y la Emancipación Social**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, CLACSO, 2009.

Sobre as autoras:

Hildegard Susana Jung - Mestre em Educação pela URI - Frederico Westphalen/RS. Psicopedagoga e professora de espanhol, integrante do Grupo de Pesquisa em Educação – GPE / URI. E-mail: hildegardsjung@gmail.com.

Edite Maria Sudbrack - Doutora em Educação. Docente e coordenadora do PPGedu - Mestrado em Educação na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI/Campus de FW. E-mail: sudbrack@uri.edu.br.

Recebido em: 15/01/2016

Aceito para publicação em: 01/03/2016